

APROPRIAÇÕES COLETIVAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS: UM ENFOQUE NO PATRIMÔNIO CULTURAL (CIDADE DE GOIÁS COMO ESTUDO DE CASO)

**COLLECTIVE APPROPRIATIONS OF PUBLIC
SPACES: A FOCUS ON CULTURAL HERITAGE
(TOWN OF GOIÁS AS A CASE STUDY)**

**APROPIACIONES COLECTIVAS DE ESPACIOS
PÚBLICOS: UN ENFOQUE EN EL PATRIMONIO
CULTURAL (CIUDAD DE GOIÁS COMO ESTUDIO DE
CASO)**

EIXO TEMÁTICO: PATRIMÔNIO, ESCALAS E PROCESSOS

OLIVEIRA, Irina

Doutoranda; Programa de Pós-Graduação -

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

irinaoliveira@gmail.com

RESUMO

Essa pesquisa toma o núcleo histórico da cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade desde 2001, como estudo de caso e volta o olhar para as apropriações coletivas observáveis em âmbito urbano pela comunidade local, com destaque para os espaços públicos patrimonializados. Para analisar esses elementos, adota-se conceitos como espaço, lugar e práticas sociais cotidianas, assim como, as relações que estabelecem entre si a partir da perspectiva de autores como Henri Lefèbvre, Michel de Certeau, David Harvey, etc. Em apoio a esse aporte teórico, utiliza-se diversos tipos de imagens da cidade, que vão de mapas do século XVIII a fotografias de época, especialmente, do século passado até a atualidade, por apresentarem maior quantidade e diversidade. Conclui-se destacando a importância dos diferentes modos de apropriações coletivas na cidade e sua perpetuação para as próximas gerações, de modo a permitir a construção de uma consistente preservação do patrimônio cultural, ainda que se verifiquem constantes e complexos conflitos entre os diversos atores nesse cenário.

PALAVRAS-CHAVE: *apropriações coletivas. espaços públicos. patrimônio cultural. cidade de Goiás.*

ABSTRACT

This research takes the historical center of the Town of Goiás, a World Heritage Site since 2001, as a case study and focus on the collective appropriations observed in the urban environment by the local community, especially on historical public spaces. To analyze these elements, concepts like space, place and daily social practices are used, as well as the relationships they establish between themselves from the perspective of authors: Henri Lefèbvre, Michel de Certeau, David Harvey, etc. Supporting this theoretical contribution, different types of images of the city are analyzed, from 18th century maps to last century and recent photographs, as per their quantity and diversity. Ending with the emphasis on the importance of the different modes of collective appropriation in the city and its perpetuation for the next generation, allowing a consistent preservation of the cultural heritage, despite the constant and complex conflicts between the different actors in this case.

KEYWORDS: *collective appropriations. public spaces. cultural heritage. Town of Goiás.*

RESUMEN

Esta investigación toma el núcleo histórico de la ciudad de Goiás, Patrimonio de la Humanidad desde 2001, como un estudio de caso y analiza las apropiaciones colectivas que la comunidad local logre hacer con la ciudad, con énfasis en los espacios públicos patrimoniales. Para analizar estos elementos, se utilizan conceptos como espacio, lugar y prácticas sociales cotidianas,

así como las relaciones que establecen entre ellos desde la perspectiva de autores como Henri Lefèbvre, Michel de Certeau, David Harvey, etc. Juntamente con esa contribución teórica, se utilizan diferentes tipos de imágenes de la ciudad, que van desde mapas del siglo XVIII hasta fotografías de época, especialmente desde el siglo XX hasta el presente, ya que presentan una mayor cantidad y diversidad. Concluye destacando la importancia de los diferentes modos de apropiación colectiva urbana y su perpetuación para las próximas generaciones, a fin de permitir la construcción de una preservación constante del patrimonio cultural, aunque hay conflictos constantes y complejos entre los diferentes actores en este escenario.

PALABRAS-CLAVE: apropiaciones colectivas. espacios publicos. patrimonio cultural. ciudad de Goiás.

INTRODUÇÃO

*Goiás, minha cidade...
Eu sou aquela amorosa
de tuas ruas estreitas,
curtas,
indecisas,
entrando,
saindo
uma das outras. (...)
(CORALINA, 1989, p. 17)*

Inicia-se o texto com o poema “Minha Cidade” de Cora Coralina, que apresenta com clareza a forte vinculação afetiva que a poetisa mantinha com a cidade de Goiás (antiga Villa Boa dos Goiazes), onde nasceu e morreu, característica refletida em diversos outros artistas e habitantes locais. Assim, o presente artigo toma essa cidade como estudo de caso e resulta da fase inicial de uma pesquisa de Doutorado em curso. Enfoca na análise de práticas sociais e apropriações coletivas de espaços públicos patrimonializados^[1] promovidas pela comunidade local, articulando-as com diversos conceitos discutidos por autores como Henri Lefèbvre, Michel de Certeau, David Harvey, etc., sob a guia da História Cultural. As investigações concentram-se no século XX devido à maior disponibilidade de fontes de pesquisa, sendo utilizados: obras de arte, artesanato, literatura e diversas imagens, como mapas antigos e fotografias atuais e de época.

O recorte espacial adotado engloba pontos focais selecionados em um eixo que liga os largos do Rosário e do Chafariz, contando com três diferentes vias sequenciais, que abrigam lugares com destacadas e específicas características (Figuras 1, 2 e 3): Rio Vermelho (origem da cidade e marcante elemento de sua paisagem cultural), Largo da Praça do Coreto (centro do núcleo antigo que recebe a Igreja Matriz de Santana e o Museu de Arte Sacra da Boa Morte), Largo da Igreja Nossa Senhora do Rosário (espaço de grande importância simbólica local, contando com um templo neogótico da década de 1930) e Largo do Chafariz (maior espaço livre da região central, implantado em 1739, após a vila tornar-se capital, para abrigar a Casa de Câmara e Cadeia e o desaparecido Pelourinho).

[1] Torna-se Patrimônio Mundial em 2001, tendo alguns monumentos e edifícios tombados isoladamente pelo IPHAN na década de 1950 e seu conjunto arquitetônico e urbanístico, em 1978.



Figura 1: Planta de Vila Boa, 1782. Fonte: Acervo de Nestor Goulart.

Figura 2: Vista do alto a partir do Largo do Rosário, com Museu de Arte Sacra da Boa Morte à frente, Igreja Matriz de Santana à direita e Museu das Bandeiras ao fundo. Fonte: Jesimar Ferreira.



Figura 3: Imagem aérea localizando os lugares e os bens patrimoniais analisados, 2019. Fonte: Google Maps.

PRÁTICAS SOCIAIS E APROPRIAÇÕES

Após a contextualização inicial, introduz-se a afirmação de Henri Léfèbvre (2008, p. 86-87) de que a leitura dos espaços urbanos “não se faz somente sobre mapas”, pois esta é “sintomal por excelência, e não literal”. Ela permite chegar a uma definição geral desse espaço, através das contradições e negações que apresenta imbricadas, constituindo-se um tempo-espaço diferencial no qual redes e fluxos muito diferentes superpõem-se e se fundem, na qual a centralidade tem importância fundamental. Assim, o autor questiona análises racionais e uniformizantes sobre o urbano (que considera superadas), destacando suas diferenças e buscando evitar a consolidação de segregações de elementos e aspectos das práticas sociais, que estariam submetidos a reagrupações “por decisão política no seio de um espaço homogêneo” (Léfèbvre, 2008, p. 88). Justifica-se, então, a opção pelo enfoque nos aspectos mais abstratos dos espaços urbanos adotada nesse texto, a exemplo das representações sociais e dos imaginários coletivos, os quais permitem melhor compreender as diversas relações estabelecidas entre a comunidade e o lugar ao longo do tempo.

A partir desse viés inter-relacional, Michel de Certeau (1998, p. 212) propõe a ideia de região como “um espaço criado por interação”, explicando por que um mesmo lugar pode conter várias regiões, conforme o número de interações ou séries de práticas cotidianas pelas quais esse local é apropriado. Ele diferencia lugar de espaço, considerando o primeiro como uma ordem qualquer “segundo a qual distribuem elementos nas relações de coexistência”, de modo que duas coisas não podem ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo, e constituindo, assim, “uma configuração instantânea de posições” que implicam estabilidade (Certeau, 1998, p. 201). Já o espaço é entendido como um “cruzamento de móveis”, que deve considerar vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo, resultando do “efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (Certeau, 1998, p. 202), não necessitando de univocidade e estabilidade. Trata-se, enfim, de “um lugar praticado”, tornando-se, portanto, o conceito mais adequado às análises aqui estabelecidas.

Considerando o enfoque nos usos comunitários locais, observa-se que, à exceção do Rio Vermelho, os demais locais destacados acima são chamados pelos habitantes por nomes bastante pragmáticos, que aludem a elementos característicos de cada um. Ainda que durante sua história tenha se tentado substituí-los formalmente por homenagens a figuras eminentes, a comunidade permanece designando-os por suas antigas nomenclaturas, indicando a força que ainda apresentam no imaginário coletivo. Menciona-se como exemplos a tradicional Rua Direita do Comércio, herança do fazer cidades portu-

guês no Brasil, que passa a ser inexpressivamente endereçada como Rua Moretti Foggia; a Praça do Coreto, atualmente nomeada como Praça Dr. Tasso de Camargo; e o largo do Chafariz, transformado em Praça Brasil Caiado.

Acerca do tema, Certeau (1998, p. 185) considera a toponímia como uma forma de apropriação, pois os nomes próprios têm seu valor original desgastado com o tempo, mantendo ainda sua “capacidade de significar”. Assim, abrem-se a polissemias atribuídas por seus usuários, que os descolam de seus locais físicos e passam a abranger “encontros imaginários para viagens que, mudadas em metáforas, determinam por razões estranhas ao seu valor original mas razões sabidas/não sabidas dos passantes”, de modo que pairam sobre a cidade como uma nuvem de sentidos latentes e também de memórias.

O autor afirma ainda que, nesses espaços vazios “ocupáveis”, surgem três diferentes dispositivos simbólicos indicadores das relações entre práticas espaciais e práticas significantes: o crível, o memorável e o primitivo, que se articulam entre si. Tais práticas representariam aquilo que viabiliza as apropriações espaciais, o que se repete e se recorda de uma “memória silenciosa e fechada” (Certeau, 1998, p. 186) e o que ali se estrutura e permanece marcado por suas origens primárias. Esses três elementos organizam os lugares-comuns dos discursos sobre/da cidade (lendas, lembranças e sonhos), sendo reconhecíveis na própria função dos nomes de tornar “habitáveis” ou “críveis” esses locais, e impõe uma história vinda do outro, alterando sua identidade funcionalista.

O historiador define também as chamadas formas ou artes de fazer^[2] como “mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado”, de modo a burlar o que entende por uma “rede de vigilância”^[3] que está por toda parte. Utiliza para tanto procedimentos populares “minúsculos” e “cotidianos” que “jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los” (Certeau, 1998, p. 41). Refuta, assim, a teoria de passividade e disciplina dos consumidores culturais e a massificação dos comportamentos, defendendo a necessidade de se parar de interpretar as práticas como “fundo noturno da atividade social” (Certeau, 1998, p. 37).

Certeau desenvolve, então, a teoria das práticas cotidianas, afim de estudar as “formas de fazer”, consideradas majoritárias na vida social, às quais surgem, geralmente, apenas como resistências nas técnicas de produção sociocultural. Complementa que os

[2] Podem ser atos como caminhar, cozinhar, falar, etc., sendo uma de suas principais características a apropriação, destacada enquanto “a cultura comum e cotidiana” (Certeau, 1998, p. 13).

[3] Para Michel Foucault, as instituições que exercem o poder sobre a sociedade estariam sendo “vampirizadas”, de modo que o funcionamento desse poder estaria sendo “reorganizado clandestinamente” através de seus detalhes em uma “microfísica do poder” (Certeau, 1998, p. 41).

mecanismos de tais resistências são os mesmos de uma época para outra e de uma ordem para outra, pois a distribuição desigual de forças permanece vigorando. Desse modo, semelhantes formas de resistir ou “processos de desvio servem ao fraco como últimos recursos, como outras tantas escapatórias e astúcias, vindas de ‘imemoriais inteligências’, enraizadas no passado da espécie, nas ‘distâncias remotas dos viventes’, na história das plantas ou dos animais” (Certeau, 1998, p. 19), conforme exemplos indicados a seguir.

ARTICULAÇÕES COM O URBANO

Ao lançar essa perspectiva sobre as cidades, Certeau (1998, p. 172) defini-as como uma “vista perspectiva e vista prospectiva (que) constituem a dupla projeção de um passado opaco e de um futuro incerto numa superfície tratável” e aberta à observação. Através delas, busca analisar as “práticas microbianas” existentes no sistema urbano, as quais este deveria “administrar ou suprimir”, mas que “sobrevivem a seu perecimento”. Observa, ainda, os procedimentos que organizam a cidade (os quais considera deteriorados como a própria está) e que

se reforçam em uma proliferação ilegítimada, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje avançados, da organização observadora. (Certeau, 1998, p. 175)

Trata-se, em suma, de distinguir essas operações que se “prolifera” dentro das estruturas tecnocráticas e “alteram seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano”, buscando resgatar formas ocultas criadas pelos indivíduos ou grupos presos nessas “redes de vigilância” e consideradas como “criatividade dispersa, tática e bricoladora” (Certeau, 1998, p. 41). Na cidade de Goiás, poderiam ser vistos como exemplos os vendedores informais de produtos rurais, que se espalhavam por alguns pontos da cidade como a Praça do Coreto, conforme indicado na Figura 5.

Já Lefèbvre (2008, p. 87) defende que o urbano não se restringe à morfologia material, sendo também “uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro”. Ele configura um campo de relação entre espaço (isotopias-heterotopias) e tempo (ritmos cíclicos e durações lineares) estabelecido através dos usuários, indivíduos e grupos em uma organização socioeconômica, sempre considerando a crescente complexidade e diversidade das sociedades contemporâneas. Em

consonância com Certeau, conclui que “a cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática” (Lefèbvre, 2008, p. 101), por poder se encarregar da junção do que está disperso, dissociado e separado. Defende, por fim, que “as qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos público-estatais” (Lefèbvre, 2014, p. 143), concluindo que ela representa uma “modalidade superior da liberdade” (Lefèbvre, 1999, p. 131).

Retorna-se a Certeau (1998, p. 179) com a definição de uso como um “fenômeno social pelo qual um sistema de comunicação se manifesta de fato”, remetendo a determinadas normas. O cruzamento do *uso* com o *estilo* gera uma maneira de fazer e de ser, compreendendo-se o primeiro como “tratamento singular do simbólico” e o segundo como “elemento de um código”. A partir do que denomina de “retórica habitante”, busca modelos e hipóteses para analisar diferentes formas de apropriação dos lugares. Utiliza relatos temáticos, considerando-os como práticas e percursos do espaço que “atravessam e organizam lugares”, selecionando-os e reunindo-os em um único conjunto, de modo que se tornam “frases e itinerários” (Certeau, 1998, p. 199-200). Em última instância, são “em seu grau mínimo uma língua falada, isto é, um sistema linguístico distributivo de lugares sendo ao mesmo tempo articulado por uma ‘focalização enunciativa’, por um ato que o pratica” (Certeau, 1998, p. 217).

Sendo a fala um importante exemplar das práticas sociais, destaca-se que, na Linguística, esse ato (como uma performance) não se resume ao simples conhecimento da língua como enunciação. Ela apresenta as seguintes características: opera no campo linguístico; apresenta uma apropriação ou reapropriação da língua pelos interlocutores; instaura o presente, relativo a um momento e lugar; estabelece um contrato com o outro (interlocutor) em uma rede de lugares e relações. Em uma perspectiva mais ampla, compreende a fala do homem ordinário como uma espécie de “murmúrio das sociedades” (Certeau, 1998, p. 57), já que provérbios e discursos afins são marcados por usos, o que permite a análise dos vestígios de seus atos ou processos, ou seja, configuram rastros de sua historicidade social. No caso de Goiás, os diversos “causos” contados pelos sertanejos locais podem ilustrar essa prática, apresentando históricas fantásticas e, muitas vezes, cômicas, a exemplo do fantasma da lendária Maria Grampinho (Figuras 4), amiga e moradora do porão da casa de Cora Coralina, ainda hoje usado para repreender crianças indisciplinadas.

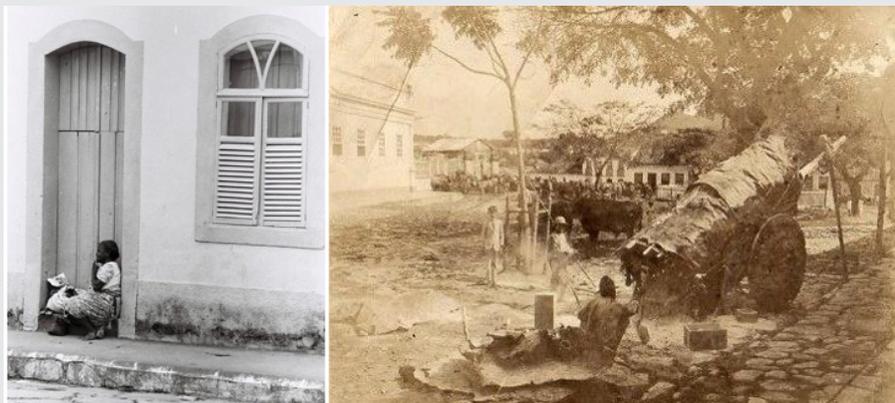


Figura 4: Maria Grampinho no final dos anos 70. Fonte: Cidinha Coutinho.

Figura 5: Vendedor informal de produtos agrícolas e carro-de-boi na Praça do Coreto entre 1906 e 1908. Fonte: Cidinha Coutinho.

Acerca dos percursos no espaço, Certeau (1998, p. 177) designa o caminhar como uma apropriação do sistema topográfico pelo pedestre e como uma realização espacial do lugar que “implica relações entre posições diferenciadas” (ou “contratos pragmáticos” como movimentos). Explica que cada passo é qualitativo e um “inumerável de singularidades”, tornando-se “um estilo de apreensão tátil de apropriação cinésica”, cujos jogos moldam os espaços e tecem os lugares. Sendo assim, os passos podem ser definidos como uma “série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem” e um “jogar com essas espessuras em movimentos”. Extrapolando-se o âmbito material, seriam “histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo” (Certeau, 1998, p. 189). Enfim, o movimento dos pedestres, “praticantes ordinários da cidade” (Certeau, 1998, p. 171), forma sistemas reais cuja existência constrói efetivamente a cidade, transcrevendo traços e trajetórias.

Assim, a localização implicada pelo andar indica uma “apropriação presente do espaço”, instaurando uma paradoxal “articulação conjuntiva e disjuntiva de lugares”, reunindo-os e separando-os ao mesmo tempo (Certeau, 1998, p. 178). Em uma analogia com a fala, a partir da enunciação dos pedestres, pode-se analisar “os tipos de relação que mantém com os percursos”, atribuindo-lhes valores de verdade, cognitivo e um dever-fazer relativo ao obrigatório, proibido, permitido, etc. (Certeau, 1998, p. 179), possibilitando, então, a criação de vínculos afetivos ou não com os lugares.

Em sua pesquisa sobre apropriação de espaços públicos, Débora Garreto Borges (2017, p. 43) defende que se trata de “uma condição necessária à vida”, sendo importante ressaltar que ela extrapola o simples uso, também entendido como “prática”. Ressalta que essas apropriações são “processos nos quais as pessoas estabelecem relações com o espaço público, nas práticas e por meio delas; onde há identificação, apoderamento, ligação à memória como parte da experiência e história individual e coletiva”. Na cidade de Goiás podem ser percebidas, principalmente, nas caminhadas cotidianas por seus logradouros (Figura 6), e nas festividades populares, a exemplo do Carnaval e das procissões religiosas de tradição secular (como os santos padroeiros, o Fogaréu e as antigas Cavalhadas, não mais praticadas) (Figuras 7 a 9).



Figura 6: Apropriações e usos cotidianos da Praça do Coreto pela comunidade local em meados do século XX. Fonte: Maria Dulce Loyola.

Figura 7: Ilustração de uma procissão no antigo Largo da Matriz (atual Praça da Coreto), 1743. Fonte: Francis de Castelnaud.

Com um olhar marxista, David Harvey (2014, p. 197) trata a apropriação de forma mais politizada, como uma espécie de direito a usos diversos (espaciais, culturais, etc.) ao qual o corpo social deveria ter acesso, mas que pode ser controlado ou tolhido pelo capitalismo. É observável em várias modalidades como as presenças políticas nas cidades e os chamados “comuns culturais” (Harvey, 2014, p. 206), traduzidos em costumes e tradições culturais locais sob domínio comunitário, por exemplo. Apresenta também alguns tipos de ocupações como forma de resistência, ilustrando-as com o movimento “Occupy Wall Street”, no qual espaços públicos centrais (parques ou praças próximos a “alavancas do poder”) são ocupados por pessoas para “transformar o espaço público em comuns políticos - um lugar para debates e discussões abertas sobre o que esse poder está fazendo e qual seria a melhor maneira de se opor a ele” (Harvey, 2014, p. 280).

Em ambos os olhares, verifica-se uma clara vinculação com o conceito de “direito à cidade” de Lefebvre (2001, p. 134), que se desdobra nos direitos a liberdade, individualização na socialização, *habitat* e habitar, dando também ao usuário acesso “à obra (à

atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)". Dessa forma, o cidadão poderia usufruir de uma vida urbana, uma centralidade renovada, locais de encontro e trocas, "ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc" (Lefèbvre, 2001, p. 139). Isso pode ser verificado nas possibilidades de encontro e apropriação coletiva que a rua propicia, com suas plenas funções informativas, simbólicas e lúdicas (Lefèbvre, 1999, p. 30). Esse direito, enfim, implica e aplica a consciência da produção do espaço, vendo-o como uma atividade social, inserindo o conjunto da sociedade nos processos de reflexão arquitetônica e urbanística, o que legaria ao conceito um ar utópico na atualidade (Lefèbvre, 1976, p. 20-21). Na cidade de Goiás, um longo histórico de efetiva atuação da Educação Patrimonial permite um vislumbre das possibilidades observáveis pelo estímulo à participação comunitária.



Figura 8: Celebração comunitária nas ruas do Dia do Vizinho, idealizado por Cora Coralina, 1982. Fonte: Cidinha Coutinho.

Figura 9: Exemplo de apropriação coletiva em festa popular na Praça do Coreto, 2015. Fonte: Ines Santos.

Ressalta-se que esse urbano está constantemente submetido a coações e encontra-se corroído e esvaziado de sentido, perdendo seus traços e suas características de obra e apropriação, como um todo do qual se faz parte e se contribui para a permanente construção. Lefèbvre (2001, p. 83) atribui esse fato aos efeitos da comunicação em massa e do uso do automóvel e da mobilidade, que dissolveriam a vizinhança e o bairro através da separação dos indivíduos e dos grupos de seus lugares e territórios de origem ou vinculação. Converte-se, assim, em *lòcus* de uma vida cotidiana fragmentada em trabalho, transporte, vida privada e lazeres, estando repleta de indivíduos dissociados, deslocados e afastados de uma "apropriação da materialidade" (Lefèbvre, 2001, p. 100) e de uma prática cotidiana efetiva, como visto no passado. Certeau (1998, p. 174-5) corrobora essa teoria, afirmando que "talvez as cidades se estejam deteriorando ao mesmo tempo que

os procedimentos que as organizaram”, de modo que busca outro caminho de análise sobre elas ao debruçar-se sobre “as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento”.

Nesse cenário, Lefèbvre (2000, p. 234-5) discorre sobre a reapropriação de espaços que se encontrem sem utilização ou com sua finalidade inicial desviada, podendo ser retomados, ressignificados e ter seus usos alterados para incentivar sua ocupação pela comunidade. Sugere que esse processo sirva de ensinamento para a produção de novos espaços, levando sempre em consideração suas devidas adequações morfológicas a outros usuários. Assim como Harvey, por fim, questiona a necessidade do surgimento de movimentos bruscos, como revoluções (exemplifica com os movimentos estudantis franceses em 1968), para gerar mudanças no espaço existente, na forma de um destruir para construir, que acabaria minimizando “as contradições da sociedade e do espaço existentes” (Lefèbvre, 2000, p. 89).

Destaca-se, agora, o papel da arte nesse contexto e sua capacidade de restituir o “sentido da obra” por conter em si própria esse mesmo sentido, oferecendo “múltiplas figuras de tempos e de espaços apropriados”, a exemplo da apropriação espacial provocada pela pintura e escultura (Lefèbvre, 2001, p. 123). No caso da cidade de Goiás, as telas de artistas plásticos como Goiandira do Couto (Figura 10) e Di Magalhães e as poesias de Cora Coralina podem ser exemplos dessa questão.

Lefèbvre (2001, p. 124) concebe a arte como “capacidade de transformar a realidade, de apropriar ao nível mais elevado os dados da ‘vivência’, do tempo, do espaço, do corpo e do desejo”. Traz, então, o conceito de “centralidade lúdica” como meio de “restituir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia”, atualmente perdido, dando ao tempo prioridade sobre o espaço, ainda que um se aproprie do outro. Sugere que se estimule a existência de espaços lúdicos em quantidade e qualidade, “superando (ao reunir) uso e troca” (Lefèbvre, 2001, p. 132), de modo a gerar para as pessoas da cidade movimento, imprevisto e encontros. Enfim, na forma do patrimônio cultural, por exemplo, “os tempos-espaços tornam-se obra de arte e que a arte passada é reconsiderada como fonte e modelo de apropriação do espaço e do tempo”, como “qualidades temporais inscritas em espaços” (Lefèbvre, 2001, p. 134).



Figura 10: Artista plástica Goiandira do Couto retratando a cidade. Fonte: Cidinha Coutinho.

Figuras 11 e 12: Artesanatos em cerâmica com temas da tradição local, 2016 e 2013. Fontes: Monseratt Vellasco e Cidinha Coutinho, respectivamente.

Nesse contexto em que a arte é vista como forma de apropriação, retoma-se Certeau, que apresenta a cultura e a literatura populares como outros exemplos de práticas/artes cotidianas, entendendo-as como “consumos combinatórios e utilitários”, maneiras de pensar aplicadas ao agir, enfim, uma “arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (Certeau, 1998, p. 42). Em oposição à cultura erudita, que articula conflitos e “legítima, desloca ou controla a razão do mais forte”, as manifestações culturais populares buscam um equilíbrio simbólico em meio às tensões e à violência corrente, através de uma “politização das práticas cotidianas” (Certeau, 1998, p. 45). A extensa produção de artesanato em cerâmica, retratando temáticas relativas ao patrimônio cultural e às tradições locais na cidade de Goiás (como as lavadeiras no Rio Vermelho e os antigos tropeiros desfilando pelas tortuosas ruas locais com seus cavalos e mulas), destinada ao consumo turístico, ilustram bem o conteúdo dos imaginários urbanos observados na região (Figuras 11 e 12).

O FATOR PATRIMÔNIO CULTURAL

Aproxima-se, por fim, da questão patrimonial a partir da tese de João Villaschi, que define as apropriações como exercícios da cidadania, destacando a necessidade de uma problematização mais aprofundada desta categoria de análise, vista aqui simplificada como um maior acesso e possibilidade de fruição por parte da população de Ouro Preto-MG (seu objeto de estudo) de seus espaços patrimonializados. Adverte para as dificuldades trazidas pela “refuncionalização progressiva das cidades remanescentes do passado colonial brasileiro” (Villaschi, 2014, p. 29), que alterou e reduziu as possibilidades

de apropriação comunitária de seus centros históricos e práticas socioculturais em seus territórios. Isso se agrava com a tutela exclusiva do patrimônio pelo poder público, que não oferece meios de participação ou estímulos efetivos a essas apropriações, gerando o que Castriota (2009) denomina de “ensimesmamento” da sociedade. Em um contexto ampliado, Lefèbvre (1999, p. 165) chama esse fenômeno de passividade ou “silêncio dos usuários”, tema aprofundado por Certeau e Foucault, conforme verificado acima.

Ampliando a noção de apropriação do patrimônio, Villaschi explicita suas diferentes formas, sempre vinculadas à “compreensão básica da simbologia impressa no espaço e da atitude social para com o território e o legado cultural”, de modo que, quando se efetivam, podem ser bastante inclusivas para a comunidade afastada desses direitos à cidade patrimonializada. Toma-se como exemplo as festas urbanas tradicionais, como a procissão do Fogaréu ocorrida na cidade de Goiás, na qual a comunidade e visitantes percorrem as ruas do centro histórico seguindo os farricocos com suas tochas de fogo na Semana Santa. Para Lefèbvre (1999, p. 31), ainda pode haver uma “aparência caricata de apropriação” nesses processos, já que o poder que gere as cidades as “autoriza” como licenças livres de uso dos espaços públicos, sem que se constituam “verdadeira apropriação”. Villaschi (2014, p. 115) aponta também formas de apropriação espacial cotidiana, que vêm se perdendo com o tempo e a modernidade, como as brincadeiras de rua.



Figura 13: Tradicional Procissão do Fogaréu pelas ruas da cidade de Goiânia, 2015. Fonte: Jornal Populacional.

Figura 14: Registro das extintas Cavalhadas na cidade de Goiânia, 1913. Fonte: Cidinha Coutinho.

Castro (2012, p. 39) introduz a questão conflituosa das diferentes formas de apropriação dos bens culturais pelas populações locais, gestores e consumidores, sobretudo, em locais com forte caráter turístico e segregacionista, remetendo aos enftretamentos e disputas em relação aos usos dos espaços sociais e culturais trazidos por Lefèbvre e Harvey. Além dos estranhamentos e não reconhecimentos de parte da sociedade local acerca do patrimônio que a cerca, no que Villaschi (2014, p. 161) chama de “descolamento” da comunidade de suas raízes, “sobretudo quando a história de vida da população atual

se diferencia da história do lugar onde vive”, sem o estabelecimento de apropriações simbólicas, fundamentais para a criação de vínculos afetivos e identitários.

Conclui-se destacando a importância das apropriações coletivas dos espaços públicos patrimonializados e de seu estímulo e perpetuação para alcançar as próximas gerações, de modo a consolidar uma preservação do patrimônio histórico e cultural consistente. Como visto, a cidade de Goiás ainda apresenta muitas dessas apropriações vivas e persistentes, além de fortes vínculos afetivos da comunidade com o seu lugar, contando com sua participação efetiva e engajada em iniciativas de proteção do centro antigo, ainda que se verifiquem constantes e complexos conflitos entre os diversos atores nesse cenário. Assim, ela torna-se um destacado exemplar para análise mais aprofundada desses processos, visando a compreensão de suas formas de funcionamento e estruturação, e em busca de registrá-los e tentar, com isso, perpetuá-los no tempo, também com o objetivo de contribuir para a salvaguarda do patrimônio local.

REFERÊNCIAS

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

BORGES, Debora Garreto. **Vivências e sentido de lugar**: reflexões sobre as apropriações no espaço livre público. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017, 262 p.

CASTRO, Bernadete. Patrimônio cultural plural e singular: a dupla face da mesma moeda. In: COSTA, E. B. da; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. **Valor patrimonial e turismo**: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 37-45.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORALINA, Cora. **Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFÊBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. **O direito à cidade**. Trad. de Jeferson Camargo. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

VILLASCHI, João Nazário Simões. **Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto - MG**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.